

Sessão extra só atrai 49 parlamentares

ESTADO DE SÃO PAULO

Wilson Pedrosa/AE

BRASÍLIA — Os raros parlamentares presentes em plenário criticaram duramente a convocação extraordinária do Congresso para a votação da Medida Provisória 334 — que dá ao Senado o direito de examinar todos os processos de privatização de estatais. Classificados de “sessão fantasma” e “sessão do faz-de-conta”, os trabalhos não produziram nenhum resultado. O presidente em exercício do Senado, Chagas Rodrigues (PSDB-PI), aguardou em vão pelo quórum para a leitura da MP: 14 senadores e 84 deputados. Apareceram 18 senadores, 4 além do mínimo necessário, mas a Câmara só contribuiu com 31 deputados.

Mesmo sem poder determinar a leitura da medida provisória, Chagas Rodrigues optou por considerá-la em tramitação. A comissão mista que deverá ser constituída para examinar a MP terá de entregar seus trabalhos no dia 10. As reuniões extraordinárias foram convocadas porque o Executivo editou a medida provisória no dia 26. Como a Constituição estabelece que, editada uma MP, o Congresso deve ser convocado em cinco dias, não restou outra alternativa a não ser a sessão extra, três dias antes da retomada dos trabalhos normais do Legislativo.

Irritação — A primeira sessão começou com meia hora de atraso e durou menos de dez minutos. Serviu apenas para formalizar a abertura dos trabalhos extraordinários. A segunda, convocada para cinco minutos depois do encerramento da primeira, durou 40 minutos. A irritação contra o governo por causa



Deserto

Chagas Rodrigues consulta o relógio no plenário da Câmara: falta de quórum

da edição da MP era grande entre os parlamentares.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) era um dos mais revoltados. “O Congresso está sendo jogado no ridículo por causa de um erro de tecnocratas”, reagiu. “Essa sessão é de brincadeirinha.” Para o deputado Amaral Netto (PPR-RJ), a sessão foi de “faz-de-conta”. Ele acu-

sou o governo de “omissão”, pois nem o líder Roberto Freire (PPS-PE) compareceu. Chico Vigilante (PT-DF) classificou a sessão de “fantasma”.

O líder do PT, Vladimir Palmeira (RJ), acusou o presidente Itamar Franco de tentar “desmoralizar o Congresso, para se vingar da derrota que sofreu, durante a

votação da política salarial”. Segundo Palmeira, ao forçar a convocação extra com a edição da MP, o presidente procurou expor o Congresso “à execração pública”, por causa do salário adicional que poderia ser reivindicado pelos parlamentares. Atualmente, o vencimento de deputado e senador é de Cr\$ 344 milhões.